

A Integração do Movimento de Libertação Nacional  
no quadro da Libertação Internacional

by

Immanuel Wallerstein

Comunicação apresentada no Simpósio Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde, Janeiro  
17-20, 1983.



Uma das grandes virtudes de Amílcar Cabral foi o seu dedicado esforço para teorizar a praxis para assim compreender as alternativas históricas reais que se apresentam as quais nos devem permitir seguir na direcção que de facto desejamos. Cabral dirigiu uma luta pela libertação de um povo colonizado e toda a sua vida foi absorvida como militante dessa luta. Para além disso, eu diria que o problema que mais o preocupou e mobilizou não foi o de como dirigir essa luta (que para ele era uma questão clara e inequívoca) mas o que fazer após a independência.

Foi nesta perspectiva que ele desenvolveu uma das suas mais controversas ideias-- a do possível e previsível "suicídio" da pequena burguesia enquanto classe. Na sua perspectiva, nas colónias africanas havia apenas um estrato "capaz de controlar o aparelho de estado após a destruição do poder colonial"--a pequena burguesia. Assim,

"No preciso momento em que esta classe, depois da libertação nacional, se apropria do poder, podemos considerar que regressamos à história; ao fazê-lo reparamos que as contradições internas surgem de novo." (1)

Uma vez que estas contradições "surgem de novo", Cabral sustentou que esta pequena burguesia se havia de encontrar face a uma escolha histórica: tornar-se mais burguesa e assim negar a revolução, ou reforçar a sua consciência revolucionária.

"Isto significa que para desempenhar por completo o seu papel na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe para renascer enquanto trabalhadores revolucionários, completamente identificados com as mais profundas aspirações do povo a que pertencem." (2)

E fácil criticar esta concepção como sendo falaciosa e contraditória em si mesma. Se um estrato é uma classe consciente será altamente improvável que se suicide pois que a sua consciência se define pela prossecução dos seus interesses de classe. Assim, a formulação de Cabral é infeliz e eventualmente inútil.

Contudo, se desejamos utilizar a teoria como uma arma, como Cabral nos recomenda, não devemos contentar-nos com vitórias fáceis de palavras. Para além da infeliz formulação de Cabral devemos ter em consideração que ele estava a enfrentar um aspecto crucial do movimento revolucionário do século XX. Esta questão central não é a de como o brigar o inimigo a recuar (um processo geralmente conhecido como "revolução"), mas antes o de como evitar que esse mesmo inimigo volte, sob formas subtis, a controlar o poder e assim faça abortar o longo processo de transformação revolucionária da economia-mundo capitalista numa ordem socialista mundial, igualitária e democrática.

Cabral tinha a noção precisa dos compentes necessários para uma acção estratégica vitoriosa—preparação aturada, ataque decidido, manobras táticas, avanço firme e luta para consolidar posições. Se o queremos homenagear, devemos tentar adoptar esta forma de análise e acção.

No século XX, num vasto número de países, diversos movimentos revolucionários anti-sistémicos chegaram ao poder, geralmente, mas nem sempre, sob a égide de um partido revolucionário que conduziu uma luta prolongada do período anterior à tomada do poder. Este período anterior de luta, se prolongado, mobilizou, na generalidade dos casos, a consciência popular, já de si um fenómeno revolucionário.

Não é minha intenção abordar nesta comunicação os processos complexos de todos os estados pós-revolucionários. Desejo tão-sòmente destacar dois elementos que, ao que julgo, são comuns a todos eles. O primeiro, é que todos os partidos revolucionários, uma vez no poder, descobriram que o controlo da máquina do estado lhes aumentou consideravelmente o poder político mas, sem dúvida, menos do que eles esperavam ou tinham projectado alcançar. Isto significa que todos os partidos descobriram os limites da soberania do estado, ou seja, descobriram que todos os estados, mesmo os pós-revolucionários, continuam parte integrante de um sistema inter-estados que impõe

sérios obstáculos à acção de qualquer estado isolado e perceberam também a existência de uma economia-mundo cuja vitalidade obriga cada estado, qualquer que seja a sua orientação ideológica, a adaptar-se (pelo menos até um certo ponto) aos importunos ditames da lei do valor.

Os diferentes estados pós-revolucionários reagiram diferentemente a esta descoberta e pode dizer-se que as suas histórias nacionais consistem em debates acerca de como reagir a tal realidade. Comunismo de Guerra e o NEP, não enquanto tácticas temporárias, mas enquanto estratégias de longo curso, representam duas das principais, embora não as únicas, modalidades de acção face às realidades do sistema-mundo.

As reacções àquela descoberta e, em consequência, a oscilação das políticas nacionais dos estados pós-revolucionários, originaram o segundo elemento comum a esses estados. A atmosfera de um elevado grau de consciência revolucionária colectiva e de politização teve tendência a diminuir, a dissipar-se ou mesmo a desaparecer.

Ao lermos as declarações dos partidos, dos governos e dos dirigentes dos estados pós-revolucionários, constatamos um permanente esforço para revitalizar a ideologia, renovar o entusiasmo, combater o cinismo e a fadiga, conservar o sentimento de luta. O desencanto acerca desses países generaliza-se tanto no seu interior como no exterior.

Se reflectirmos sobre as razões por que cada estado parece seguir por uma ou outra via de "despolitização" das classes trabalhadoras, reparamos que o principal descontentamento provem do facto de as transformações sociais não terem sido tão profundas como o tinham esperado as classes trabalhadoras. Os velhos males da desigual distribuição de rendimentos, da corrupção e da arbitrariedade persistem em níveis inaceitáveis para estados pós-revolucionários. Sem dúvida, tal como os partidos constantemente afirmam quando reconhecem a validade daquele descontentamento, isto acontece em consequência do primeiro dos dois factores comuns: a inserção destes estados num sistema-mundo que não controlam e cujas

pressões negativas recaem sobre eles. Mas é também verdade que as classes trabalhadoras não se deixam facilmente convencer de que esta seja a única explicação. Tornaram-se cépticas e, não raras vezes, retrocederam a um estado de despolitizações.

Ora tem sido esta despolitização dos estados pós-revolucionários que tem fomentado a grande esperança dos defensores do sistema capitalista mundial que vêem nela a grande arma neutralizadora do crescente fortalecimento das forças anti-sistêmicas na luta de classes à escala mundial. Porém, como sabemos, "despolitização" não é nunca "apoliticismo". Trata-se antes de uma tática dos que não tendo força política esperam a ocasião em que as condições para um levantamento político surjam de novo.

Existe por acaso alguma coisa que os movimentos revolucionários de todo o mundo possam fazer para que a explosão dos trabalhadores revoltados seja com grande probabilidade e acima de tudo orientada contra o sistema capitalista mundial, em vez de ser desviada para sentimentos negativos acerca dos estados pós-revolucionários e dos movimentos revolucionários? Penso que esta é a questão que Amílcar Cabral nos poria se estivesse aqui connosco. Ponha-mo-la nós por ele, em vez dele e em sua homenagem.

Em meu entender a pista para a resposta encontra-se no título da minha comunicação tal como foi formulado pelos organizadores deste Simpósio: "A integração do movimento de libertação no quadro da libertação internacional".

O sistema capitalista é um sistema-mundo. Para o compreendermos temos que começar por aí. Para que seja eficaz, a luta de classes tem que ser uma luta à escala mundial. Esta não pode ser definida como uma série de lutas nacionais, ligadas entre si por um ténue sentimento de solidariedade internacional. Isto não quer dizer que a luta de libertação nacional não seja um objectivo significativo dos nossos esforços. Claro que é. Mas a luta de libertação nacional é relevante

precisamente por ser uma forma, uma modalidade da luta de classes à escala mundial. Destemodo, apresentarei de seguida, um conjunto de proposições controversas a propósito desta luta de classes mundial. Faço-o não como uma análise acabada mas antes como uma base para discussão entre nós.

1) Actualmente encontramos-nos na transição da ainda existente economia-mundo capitalista para a ordem socialiste mundial, ainda não concretizada. Há já mais de cinquenta anos que estamos nesta transição e continuaremos por, pelo menos, mais cem anos. Estamos todos envolvidos nesta transição e não apenas quem vive nos estados pós-revolucionários. A transição é um fenómeno do sistema-mundo inteiro, que se encontra numa crise estrutural.

2) A luta de classes não foi nunca tão intensa como agora, durante esta transição. Estamos todos envolvidos nesta luta de classes mundial que se estende a todos os cantos do mundo. Nenhum país está fora ou para além desta luta.

3) Esta luta de classes mundial assume diferentes formas, pois os modos de apropriação de mais-valia são também variados. É por isso que a natureza da burguesia e do proletariado mundiais se tornou diferente e mais complexa, ao ponto de não ter qualquer sentido reduzi-la ao modelo inglês dos princípios do século XIX definido por empresários privados em oposição a operários industriais.

4) A luta de classes mundial é conduzida por vários elementos do proletariado mundial organizados em movimentos. São estes movimentos e não os estados quem conduz essa luta. Esta última implica a existência de movimentos politizados com militantes activos. É através desta luta que o poder político se alcança.

5) Estes diversos movimentos têm-se constituído em redor de diferentes questões: opressão de uma nação, opressão no local de trabalho, opressão dos grupos socialmente mais fracos (mulheres, jovens e idosos, "minorias" étnicas e raciais). Os

temas têm variado e continuarão a variar de acordo com diversas circunstâncias concretas. A questão crucial é a de saber se uma dada luta é realmente uma luta anti-sistémica, ou seja, se um dado movimento consegue desafiar o poder concreto da burguesia mundial e, deste modo, reforçar o do proletariado.

6) O controlo da máquina do estado é uma tática da luta de classes mundial e não um fim em si mesmo. Trata-se apenas de uma tática e, nem sempre, necessariamente prioritária.

7) A necessidade política mais premente para cada movimento, quer se localize nos estados pós-revolucionários ou não, é a de criar uma autêntica aliança transestatal entre os diversos movimentos e baseada numa clara distinção entre os movimentos e os estados.

8) O "desenvolvimento económico" é uma faca de dois gumes. Desde o aparecimento da economia-mundo capitalista, em que nos integramos, o "desenvolvimento económico" simultâneo de todas as regiões é, por natureza, impossível, dado o funcionamento da lei do valor que requer que os excedentes sejam desigualmente distribuídos através do globo. Assim, o desenvolvimento de uma zona menos "desenvolvida" é sempre feito à custa de uma outra. O socialismo mundial não pode definir-se como sendo o "crescimento" das zonas menos "desenvolvidas" ou pela universalização da lei do valor sob o argumento de desenvolver as forças produtivas. Ao contrário, exige a construção de um modo de produção radicalmente diferente, centrado na produção para uso, num mundo igualitário e planificado, em que os estados individualmente e o sistema de estados colectivamente tenham "desaparecido."

9) O critério da construção de uma ordem socialista mundial é o regular fortalecimento, durante a transição, do poder real e efectivo das classes trabalhadoras para controlarem a sua própria vida tanto no local de trabalho, como em casa ou na comuni-

dade. Auto-controlo não é gestão feita pelos representantes das classes trabalhadoras mas exercida por elas próprias, no exercício das suas prerrogativas.

É a este aspecto que Cabral se estava a referir quando previa o "suicídio" da pequena burguesia revolucionária, tanto na África como em qualquer outra parte do mundo. Porém, como sabemos, ela não vai suicidar-se. No quadro da realidade social, são os trabalhadores que devem impor o suicídio aos seus representantes.

10) A crise da economia-mundo capitalista é também a crise dos movimentos mundiais anti-sistémicos que, recorde-se, são eles próprios uma criação do presente sistema e não do futuro. E preciso reformular a nossa estratégia, a nossa forma de organização e as nossas categorias de análise, todas elas moldadas durante o período de maior auto-confiança do sistema capitalista--o século XIX. E preciso reflectir sobre se as nossas presentes estratégias, formas de organização e categorias de análise servem igualmente para este período de crise, de intensa luta de classes e, acima de tudo, de adaptação calculista da burguesia mundial que procura, sob formas completamente novas, sobreviver como estrato privilegiado. O perigo real é que, daqui a trinta anos, toda a gente pode considerar-se marxista ou socialista e a própria propriedade privada pode reduzir-se a um papel menor na produção mundial. Estaremos no entanto ainda no seio da transição e da luta de classes mundial. Um "triunfo ideológico" deste tipo pode muito bem vir a ser um dos mais sérios impedimentos para se alcançar uma ordem socialista mundial.

Lembre-mo-nos que nada é inevitável. Estamos perante uma escolha histórica. O actual sistema-mundo capitalista tem o destino traçado. Mas uma ordem socialista mundial não é a única alternativa possível. Uma segunda é a criação de um novo sistema classista, ainda que não capitalista. Uma terceira é a destruição nuclear.



E podem ainda existir outras que somos incapazes de imaginar. A luta continua não é um mero slogan. É uma análise que precisamos manter presente, precisamente quando olhamos para os estados pós-revolucionários e para os movimentos revolucionários anti-sistêmicos.

Notas

(1) "Breve Análise da Estrutura Social da Guiné", (Tradução livre da edição em inglês).

(2) "A Arma da Teoria" (Tradução livre da edição em inglês).

